



O Ideário Patrimonial О идеарио

Culturas oriundas da África,
América e Europa

**O PALÁCIO ALVOR COMO MUSEU NACIONAL DE
ARTE ANTIGA. 110 ANOS DE HISTÓRIA DO
EDIFÍCIO E DA INSTITUIÇÃO (1911-2021)**

**THE PALÁCIO ALVOR AS MUSEU NACIONAL DE
ARTE ANTIGA. 110 YEARS OF HISTORY OF THE
BUILDING AND THE INSTITUTION (1911-2021)**

Recebido a 31 de agosto de 2021

Revisto a 02 de setembro de 2021

Aceite a 22 de setembro de 2021

Henrique Martins

Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de História da Arte
1099-032 Lisboa, Portugal
henriquepmartins@gmail.com



Resumo

Este artigo centra-se na forma como o Palácio dos Condes de Alvor, edifício que alberga o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) desde a sua criação, foi evoluindo a par da instituição museal, do ponto de vista arquitetónico e museográfico. Numa primeira parte revemos brevemente a história do Palácio anterior à criação do MNAA, referindo os vestígios que subsistem e a adaptação do edifício à função museal, com a Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental (1882) e o Museu Nacional de Belas Artes (1884), numa segunda abordamos as importantes alterações que o Palácio sofreu nos primeiros tempos do MNAA, durante a direção de José de Figueiredo e a luta deste para expandir o Museu, numa terceira a conceção de João Couto, 2.º diretor do MNAA, tendo em conta a definitiva implementação do Museu no Palácio Alvor, ao ser ampliado no seu corpo e anexado a um novo (sob projetos do arquiteto Guilherme Rebelo de Andrade), numa quarta, elencamos as mudanças no edifício e exposição permanente entre as décadas de 1950 e 1980 e numa quinta enumeramos as alterações ocorridas no Palácio / Museu desde a década de 1990 e que lhe dão a feição atual. Como conclusão refletimos sobre a permanente necessidade de aumento de espaço do Museu e a importância do Palácio Alvor como lugar de memória do MNAA.

Palavras-chave: Palácio Alvor, Museu Nacional de Arte Antiga, edifício, exposição permanente, projeto de arquitetura

Abstract

This paper focuses on how the Palácio dos Condes de Alvor, the building that has housed the Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) since its creation, has evolved along with the museum institution, from an architectural and museographic point of view. In the first part we briefly review the history of the Palace before the creation of the MNAA, referring to the vestiges that remain and the adaptation of the building to the museum function, with the Retrospective Exhibition of Ornamental Art (1882) and the Museu Nacional de Belas Artes (1884), in a second part we address the important changes that the Palace underwent in the early days of the MNAA, during the direction of José de Figueiredo and his struggle to expand the Museum, in a third part the conception of João Couto, 2nd director of the MNAA, taking into account the definitive implementation of the Museum in the Palácio Alvor, when it was expanded in its body

and annexed to a new one (under designs by the architect Guilherme Rebelo de Andrade), in a fourth part, we list the changes in the building and permanent exhibition between the 1950s and 1980s and in a fifth part, we enumerate the changes that have occurred in the Palace / Museum since the 1990s and that give it its current features. In conclusion we reflect on the permanent need to increase the Museum's space and the importance of the Palácio Alvor as a place of memory of the MNAA.

Keywords: Palácio Alvor, Museu Nacional de Arte Antiga, museum's building, permanent exhibition, architectural project.

Introdução

Este artigo retoma, corrige e atualiza parte de uma investigação realizada acerca da história do(s) edifício(s) do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA)¹, centrando-se na problemática sobre de que forma o Palácio dos Condes de Alvor, edifício que albergou esta instituição museal, foi evoluindo, a par da mesma, desde a sua criação (1911) até à atualidade, do ponto de vista arquitetónico, museográfico e da organização dos espaços. Tendo em conta a data dos 110 anos da instituição museal e das esperadas obras de requalificação previstas nos próximos anos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (2022-2025) e no Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027), cuja lista de intervenção prioritária integra o MNAA, julga-se relevante focar o tema desta história comum.

¹ Martins, Henrique Manuel Lopes Escudeiro Pereira (2014). *O Museu Nacional de Arte Antiga, o edifício e a sua história: contributos para um projeto de comunicação*. Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [Texto policopiado], 2 Vols.

1. O Palácio Alvor antes do Museu Nacional de Arte Antiga: breves notas

O Palácio dos Condes de Alvor, atualmente ocupado pelo Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) (Figura 1), deve o seu nome ao 1.º conde de Alvor, D. Francisco de Távora (1646-1710), que o mandou construir, no final do século XVII, contíguo ao Convento de Santo Alberto, cuja Igreja lhe servia de capela, sobre a Rocha do Conde de Óbidos, em Lisboa. Neste palácio urbano barroco destacam-se na fachada norte, virada à



Figura 1 - Planta atual do Museu Nacional de Arte Antiga (pormenor), com indicações do autor a azul, relativas ao texto do artigo.
Fonte: MNAA. Museu Nacional de Arte Antiga. [2020].

Rua das Janelas Verdes, os dois portais que permitiam a circulação interior das carruagens. Do projeto inicial existem dois tetos pintados em perspetiva arquitetónica, de Vincenzo Bacherelli (1672-1745), executados entre 1701 e 1718 (um visível na “Sala do Tecto Pintado” do MNAA e o outro entaipado, na sala 51, devido ao mau estado de conservação). Da época em que o Palácio esteve na posse do 1.º Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), subsistem três tetos com estuques decorativos rococó, na escadaria e nas atuais salas 68 e 69 do MNAA, e as pedras de armas dos Carvalho nos dois portais exteriores e no do salão nobre (atual sala 55), no piso superior do Palácio, trabalhos atribuídos ao italiano Giovanni Grossi (1719-1781), executados entre 1774 e 1775.

Em 1879, o Palácio Alvor (nessa época designado Palácio do Marquês de Pombal) é arrendado à Academia Real de Belas Artes de Lisboa (ARBAL), em nome do Governo,

pelo 5.º Marquês de Pombal, a fim de ali se instalar o primeiro museu nacional do país. Dois anos depois, é decretada a realização da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola no Palácio Alvor, «destinado para museu de bellas artes»², procedendo-se a obras de adaptação. Apesar do sucesso da exposição, ocorrida em 1882, onde fez furor a iluminação elétrica, surgem críticas à escolha do edifício. Ainda assim, no ano seguinte, o Palácio é comprado pelo Estado e procede-se a novas obras de adaptação. Com a substituição da iluminação elétrica por iluminação natural zenital, na ala norte do piso superior do Palácio desapareceram as composições centrais dos tetos pintados em perspetiva.

Em 1884 o Museu Nacional de Belas-Artes (MNBA) abre oficialmente. A exposição ocupa o piso superior do Palácio e parte do inferior, mas o aumento das coleções leva à necessidade de mais espaço. Em 1891, a pedido da ARBAL, o Convento de Santo Alberto e a sua cerca são-lhe cedidos para alargamento do Museu e a ARBAL deposita naquele edifício as reservas. Decorrem obras no piso inferior do Palácio, constrói-se uma escada no topo poente para acesso à “sobre-loja”, o piso intermédio que se localizava na ala sul do lado poente, e inauguram-se novas salas.

2. O Palácio Alvor como Museu Nacional de Arte Antiga: primeiras alterações

A Lei republicana de 26 de maio de 1911 extingue o MNBA e cria o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) e o Museu Nacional de Arte Contemporânea, mantendo-se o primeiro no Palácio Alvor. O historiador de arte José de Figueiredo (1871-1937) é nomeado primeiro diretor do MNAA. Para o edifício propõe o “complemento” do Palácio, pois considerava que “o que está construído é apenas a parte central e o lado poente, faltando-lhe o braço nascente. Ora essa parte já podia ser feita em condições de servir para museu”³. Para as coleções defende a sua divisão em secções, para uma melhor apresentação das obras.

Logo nesse ano, iniciam-se, sob projeto do arquiteto Adães Bermudes (1864-1948), obras de remodelação em várias salas do andar nobre do Palácio e é pedido ao arquiteto José Luís Monteiro (1848-1942) um estudo da sala contígua ao átrio do piso

² *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Hespanhola e Portuguesa em Lisboa*, AMJM-AHMNAA, pasta 79.

³ «Entrevista», *O Século*, 2 de setembro de 1911. Cit. por Manaças 1991, I, p. 43.



térreo (hoje designada Sala dos Passos Perdidos e integrante da galeria de exposições temporárias), para sala de ourivesaria francesa do século XVIII, a instalar a baixela Germain, o que vem a acontecer apenas em 1926 (Manaças 1991, I, p. 48).

A 24 de março de 1912 inauguram as duas primeiras novas salas do MNAÁ (*Museografias*, 2008, [4]): a Sala de Nuno Gonçalves (atual Sala do Tecto Pintado), com os recém-descobertos *Painéis de São Vicente* (Figura 2) e a Sala da Escola Portuguesa de

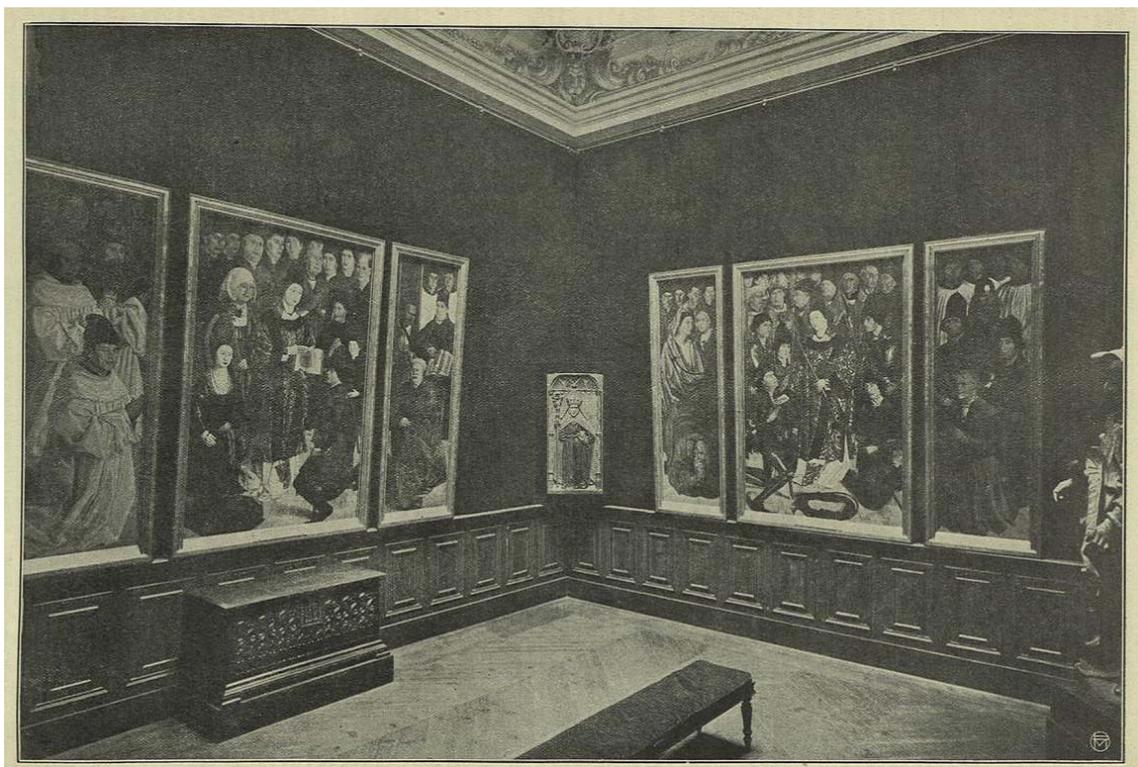


Figura 2 - Sala de Nuno Gonçalves (atual Sala do Tecto Pintado), andar nobre do Palácio, vista de sueste para noroeste, entre 1912 e 1930. Fonte: *O Ocidente*, nº 1221, 30 de novembro de 1912.

pintura do século XVI. Nessa ocasião José de Figueiredo reivindica “a dotação orçamental necessária para devolver a dignidade às velhas instalações”⁴, dizendo que “com esse dinheiro, todo esse esfarrapado e desbotado papel que forra as altas paredes poderia ser substituído por um tecido próprio, sobre o qual se destacasse toda a beleza dos quadros expostos” (*Museografias*, 2008, [4]).

Em junho, o diretor assume que “visto não haver dinheiro para a construção de um novo museu já apropriado a esse fim, o que há a fazer é completar o edifício das

⁴ «Entrevista», *O Século*, 24 de março de 1912. Cit. por Bastos & Carvalho, 2012, p. 36.

Janelas Verdes, o único que apesar de não ter sido construído para museu pode com pequena despesa, revestir as condições necessárias (...) de forma a constituir um museu que seja simultaneamente instrutivo e agradável”⁵. E em novembro, apesar da “ridiculíssima” e “mesquinha” dotação atribuída pelo Estado ao MNAA, nas palavras de Figueiredo, as mudanças continuam e procede-se à reorganização de três salas, onde aquele determina resguardar os quadros a expor através de “três caixas de ar confinado, o que é o melhor e mais seguro regularizador da temperatura”⁶.

Em 1913, em consequência do equilíbrio financeiro alcançado pelo Ministério das Finanças, a dotação ao MNAA aumenta (Manaças 1991, I, p. 112). É desse ano a redecoração do salão nobre (à data “sala E” e atualmente sala 55), por Adães Bermudes (Figura 3). O teto, que no tempo da Exposição de Arte Ornamental apresentava um



Figura 3 - Sala E (atual sala 55), andar nobre do Palácio, vista de este para oeste, entre 1913 e 1925. À esquerda a porta para o alto da escadaria e ao fundo a Sala de Nuno Gonçalves, com os *Painéis de S. Vicente*. Fonte: fotografia AFMNAA.

estruque decorativo, provavelmente, contemporâneo dos do tempo do Marquês de Pombal, passa a ser decorado apenas na sanca⁷. O salão e as duas pequenas salas contíguas (atuais

⁵ «Entrevista», O Século, 2 de junho de 1912. Cit. por Manaças 1991, I, p. 110.

⁶ *O Ocidente*, vol. XXXV, nº 1221, 30 de novembro de 1912, p. 258.

⁷ O projeto (de 7 de abril) tem ligeiras diferenças em relação ao que se vê concretizado em fotografias da época. Deste modo, a sala terá tido duas intervenções ou a execução não respeitou plenamente o projeto.

54 e 56) vêm a abrir ao público, com pintura sobretudo europeia. Mais tarde, é acrescentado ao andar nobre do Palácio, no topo nascente do edifício (no espaço atualmente ocupado pela sala 63), uma pequena sala com um terraço pouco profundo, para expor desenhos.

Até ao fim da década e nas seguintes Figueiredo renova telhados, escadarias, paredes e tetos (Noé et al.), o que, para João Couto (1892-1968), o segundo diretor do MNAA, «acabou por diminuir o carácter da construção» (*BMNAA*, I, 2, 1939, p. 48). Retiram-se as guarnições das portas e, mais tarde, algumas das próprias portas e colocam-se mármore nos vãos (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 5). Substituem-se os forros adamascados das paredes, primeiro por outros carmesim⁸ e depois por panos de fundos neutros e tons mais claros (Couto, 1958). Os lambris de madeira são substituídos, bem como os pavimentos em soalho de espinha de peixe por parquet de motivos decorativos geométricos, como irá suceder na Sala de Nuno Gonçalves, em 1930. Conta João Couto que José de Figueiredo chamava a atenção «para [as] novas salas bem iluminadas, bem assoalhadas e com as paredes magnificamente revestidas por tecidos de qualidade», em contraste com as de ourivesaria «fornadas de papel lavrado de tom muito escuro» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 5).

De modo a ampliar a superfície expositiva, Figueiredo coloca painéis que cortam os cantos das salas (Figura 3), «solução revolucionária aclamada pela crítica estrangeira» (*Museografias*, 2008, [4 e 5]). Inicialmente os painéis ficavam acima dos lambris de madeira e, mais tarde, quando os lambris e o soalho são modificados, erguem-se do chão até quase à cimalha, continuando na sua base o correr dos novos lambris. Quando nos anos 1970, os painéis e lambris são retirados, mantém-se no desenho do parquet os “cantos cortados”, nome que entrou na gíria do Museu. Podemos vê-los nas atuais salas 55 e 57.

Sobre as primeiras intervenções no MNAA, considera José de Figueiredo, em 1930, que “estão bem e são as que deram fama ao museu lá fora”⁹.

⁸ *O Ocidente*, vol. XXXV, nº 1221, 30 de novembro de 1912, p. 257.

⁹ Ofício de José de Figueiredo ao Conselho de Arte e Arqueologia da 1ª Circunscrição, 31 de março de 1930. Cit. por Manaças, 1991, p. 47 e p. 48.

A par das alterações no Palácio, José de Figueiredo pugnava pelo prolongamento do Museu a poente, para o espaço do Convento de Santo Alberto, mantendo a Igreja, e, de facto, entre o final da década de 1910 e início da seguinte, o Convento é demolido, a Igreja mantida, e o espaço entregue pelo Governo para ampliação do MNAA. Realizam-se vários projetos para ali construir o “Anexo” do Museu, que integraria a “Igreja das Albertas”, e chega-se a erguer uma cave e o pavimento do piso inferior, sob projeto do arquiteto Adães Bermudes, mas os trabalhos são interrompidos.

No final de 1924, o diretor reforçava a necessidade não só da construção do Anexo como da expansão do Palácio, «quando, como é inevitável, ela for precisa mais tarde»¹⁰. Ao defender a ampliação do Museu, determinava a sua localização definitiva no Palácio Alvor. Uma conceção fixada em modelos já ultrapassados, como afirmará João Couto (Manaças, 1991, I, p. 45) e que, segundo o mesmo, se prendia com o facto de José de Figueiredo ter «sempre no seu espírito a tradição da Exposição de Arte Ornamental, a do Museu das Belas-Artes e a ideia de que a Rocha do Conde de Óbidos era sólido alicerce que fizera resistir ao terramoto as construções sobre ele edificadas», para além da «vista admirável do Tejo» (BMNAA, I, 2, 1939, p. 45).

Em 1929 é criada a 1ª Comissão Administrativa das Obras do MNAA (CAOMNAA)¹¹, presidida por José de Figueiredo. Quando no ano seguinte o ministro das Finanças Oliveira Salazar desbloqueia os meios financeiros necessários para as obras de ampliação do Museu (Noé et al...) o diretor entrega o projeto ao arquiteto Guilherme Rebelo de Andrade (1891-1969) que nesse mesmo ano inicia os estudos para o novo Anexo do MNAA, de acordo com o programa de Figueiredo (BMNAA, I, 2, 1939, p. 46).

Nos seus desenhos dos alçados do Palácio, realizados em 1931¹², provavelmente parte dos estudos para a ampliação do MNAA, temos uma visão global da aparência das fachadas naquela data (Figura 4).

¹⁰ Carta de 13 de dezembro de 1924. Comissão Administrativa das Obras do MNAA, pasta 11, AMJM – AHMNAA.

¹¹ Pasta 11, AMJM-AHMNAA.

¹² Plantas do edifício do MNAA, AMJM-AHMNAA, pasta 67.

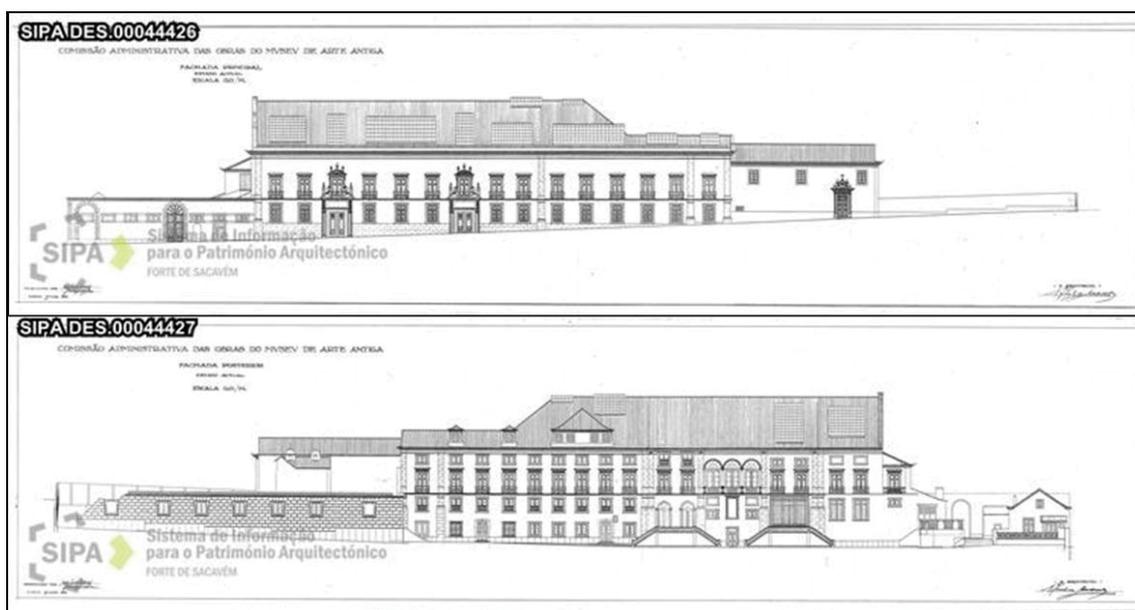


Figura 4 - Fachadas norte e sul do Palácio Alvor como Museu Nacional de Arte Antiga, Comissão Administrativa das Obras do Museu de Arte Antiga, 1931. Fonte: SIPADES.0004426 e SIPADES.0004427.

A fachada sul, virada ao jardim do Palácio, apresentava mesaninos nos dois pisos. O topo nascente do edifício era rematado pela habitação do chefe do pessoal menor, que tinha acima, ao nível do andar nobre do Palácio a pequena sala de desenhos, com terraço. O corpo avançado, ao centro da fachada, tinha uma porta central, ladeada por duas escadas duplas, paralelas à parede, que davam acesso a um patim cada. O da esquerda levava a duas portas de arco de volta perfeita, o da direita a três altas janelas, separadas por colunas (mas que em tempos deviam ter sido igualmente portas). Acima da porta central existia uma alta janela, ladeada por dois conjuntos de duas mais pequenas. No andar nobre, uma varanda com tríplice arcaria, fechada com janelas (Figura 1). O telhado apresenta mansardas mas já não existem as duas chaminés visíveis num desenho do pintor inglês Charles Landseer (1799-1879), datável de 1825-26 (Figura 5).



Figura 5 - Desenho da fachada sul e jardim do Palácio Alvor, Charles Landseer, c. 1825-26. À esquerda, parte do edifício e cerca do Convento de Santo Alberto. Fonte: reprodução fotográfica, 4.1.2, nº 119, gav. 12, AFMNA.

Na fachada norte, a principal do Museu, já não se encontram o dístico “Museu Nacional de Bellas Artes” nem os frisos com medalhões de efígies de artistas, realizados para a Exposição de Arte Ornamental (Figura 6).



Figura 6 - Fachada norte do Palácio Alvor como Museu Nacional de Belas Artes, vista da Rua das Janelas Verdes, entre 1884 e 1911. Note-se o dístico “Museu Nacional de Bellas Artes”, os frisos com medalhões de efígies de artistas e o rendilhado no remate da fachada. Fonte: fotografia 4.1.2, nº 7, gav. 12, AFMNA.

O primeiro ainda existia em 1913 (Costa, 1913, p. 27) e os segundos em 1924 (Proença, 1924, p. 365). Nesta data, o corpo poente da fachada ainda tinha mesaninos no andar nobre mas já não no térreo, como no tempo do MNBA. A poente do Palácio mantinham-se a “Igreja das Albertas” e a cave construída, do projeto de Adães Bermudes.

A nascente do Palácio existia uma fachada com um portão em arco e as janelas e outro arco entaipados. Encostados àquela, do lado do recinto do MNAA, havia várias construções.

É em 1931 ou no ano anterior que a fachada norte é intervencionada «no sentido de a repôr no seu estado primitivo»¹³. Tendo em conta o referido desenho do alçado, de 1931, terá sido nessa intervenção que foram eliminados o rendilhado que rematava a fachada, o dístico e os frisos decorativos e substituídas as guardas das janelas de sacada pelas atuais, que terão ido buscar o modelo às das janelas de sacada da fachada sul (visíveis, por exemplo, no desenho de Landseer).

Durante aquela intervenção foram encontrados, «na parede que fica entre a verga da janela que marca o centro do Palácio e a parte da cimalha que lhe corresponde»¹⁴ vestígios de uma pedra de armas dos Távora, da época da fundação do edifício. É estudada a sua reconstituição e modelada em barro e gesso, para vir a ser recolocada¹⁵. No entanto, em 1932, a dotação para as obras do Museu é cortada pelo Ministério das Obras Públicas e, talvez por isso, não chega a ser realizada a colocação da pedra. Ainda em 1934, Figueiredo considerava que sem aquela não podia ser feita «a fotografia de conjunto do edifício que é indispensável como elemento de propaganda do museu»¹⁶.

¹³ PT DGEMN: DSARH-005/125-4565/06, IHRU. Ver também PT DGEMN: DSARH-005/125-4565/03, IHRU.

¹⁴ Carta de José de Figueiredo à DGEMN, 8 de setembro de 1932, PT DGEMN: DSARH-005/125-4565/03, IHRU. Penso que Figueiredo se refere à janela central das três que são ladeadas pelos dois portais da fachada. Seria aí o centro do edifício, visto considerar-se que lhe faltava o corpo nascente, correspondente ao do lado poente.

¹⁵ PT DGEMN: DSARH-005/125-4565/06, IHRU.

¹⁶ PT-MNAA-AJF-APF-MNAA-C-001-00001_m0021_derivada (2), ANTT.

3. O Palácio Alvor como Museu Nacional de Arte Antiga: remodelação e ampliação na década de 1940

Em 1935, quando Rebelo de Andrade realiza um segundo projeto para o Anexo do MNAA estuda simultaneamente o acabamento do lado nascente do Palácio¹⁷. Nos alçados do estado do edifício, que fazem parte daquele projeto, a fachada norte parece manter-se igual em relação aos desenhos do levantamento de 1931, mas a virada a sul apresenta algumas diferenças. No telhado já não se encontram as mansardas e os mesaninos do andar nobre foram eliminados, bem como três janelas no piso inferior do corpo avançado.

O «Ante projecto [do] acabamento do actual edificio do Museu Nacional de Arte Antiga», elaborado por Rebelo de Andrade no ano seguinte, espelhava uma significativa alteração da organização das coleções e serviços do MNAA, determinada por Figueiredo. No complemento do edifício do lado nascente haveria no andar nobre seis novas salas e no térreo espaços para biblioteca (constituída por Figueiredo em 1911) e sala de conferências, serviços de que o diretor necessitava para fazer do MNAA “um museu laboratório ou museu oficina”, “complemento do ponto de vista artístico, das escolas de todos os graus e especialidades de ensino”¹⁸.

Em julho de 1939, após a morte de José de Figueiredo, João Couto, como novo diretor, defende que o ante-projecto elaborado, “embora tivesse tido várias aprovações oficiais, não [correspondia] às necessidades do novo museu”¹⁹. Deste modo, apresenta um relatório ao Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, propondo modificações, tendo em conta também o aumento do pessoal técnico que pressupunham as novas atividades que determinara para o MNAA²⁰.

Couto critica no ante-projeto a “defeituosa circulação dos visitantes no museu devido, entre outros problemas, às ligações defeituosas do edifício novo [o Anexo] com

¹⁷ *Memória Justificativa do Projecto*, [PT DGEMN:CAM-0035/11](#), IHRU.

¹⁸ Memória descritiva e justificativa do projeto de ampliação do MNAA. Cit. por Manaças 1991, I, 52 e reproduzida no vol. II, como Documento n° 10.

¹⁹ Parecer de João Couto dirigido à Comissão de Obras do Museu das Janelas Verdes, 6 de julho de 1939. Cit. por Manaças 1991, I, 78 e reproduzido no vol. II como Documento n° 17.

²⁰ Em 1932 fora criado o estágio para conservadores, em 1936, o laboratório de análise de obras de arte e, mais tarde, o Serviço de Educação, em 1953 e o Curso de Conservadores, em 1956, culminando na classificação do MNAA como “Museu normal” para preparação de técnicos de museus, em 1965.

o Palácio”²¹, a dificuldade de vigiar certas salas e passagens e as deficientes instalações do pessoal e destaca a necessidade de “dar à sala de conferências um vestíbulo próprio”²², pois o ante-projeto pressupunha o seu acesso através da Biblioteca, a única das duas salas que teria vestíbulo. Deste modo, propõe suprimir as salas para exposição permanente no piso térreo, localizando na ala norte do lado poente salas para exposições temporárias. Reduzindo a exposição permanente ao andar nobre do Palácio e ao Anexo, permitia anular a circulação de público pela ligação entre os edifícios através da sacristia da “Igreja das Albertas” (Manaças, 1991, I, p. 122), que passava a integrar o percurso expositivo (atualmente chamada Capela das Albertas). Esta ligação entre o Palácio e a Igreja será mantida mas deixa de ser usada, pois passa a comunicar com a última sala da galeria de exposições temporárias, do lado do Palácio (situação que se mantém).

O novo diretor pretendia criar no piso térreo do Palácio um “departamento de estudo e divulgação das obras de arte”²³ semelhante à *École du Louvre*, «ligado mas, de certo modo, independente do Museu», apoiado pela biblioteca, a sala de conferências, gabinetes para estudiosos e serviços de informação (*BMNAA*, I, 2, 1939, p. 54; *BMNAA*, III, 9-10, 1944, p. 54). Dotando o piso de uma entrada independente pela Rua das Janelas Verdes, isolava-o das restantes instalações (passando a escadaria nobre a servir apenas os funcionários) e possibilitava a sua utilização fora do horário habitual do Museu (Manaças 1991, I, p. 122). O átrio e a antiga sala Germain (atual Sala dos Passos Perdidos), mantida a toda a largura do edifício, passando a servir, simultaneamente, de antecâmara à Biblioteca e à Sala de Conferências (Couto, 1958), seriam reservados «para uma espécie de “Centro Social”» de convívio (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 17).

Tendo em conta estas alterações, Rebelo de Andrade apresenta um novo «Projecto do acabamento do actual edifício», em 1940. Comparando os alçados deste projeto com os do ante-projeto de 1935, verificam-se apenas pequenas alterações no que concerne a algumas janelas e à varanda do andar nobre, do lado sul.

A adjudicação da obra de remodelação e ampliação do Palácio é feita em dezembro de 1940 (*BMNAA*, I, 4, 1941, p. 181), mas ainda entre agosto e setembro

²¹ Cit. por Manaças 1991, I, 117-118.

²² Cit. por Manaças 1991, I, 78.

²³ Couto, João «Justificação do Arranjo de um Museu», 16. Cit. por Manaças 1991, I, 93.

elimina-se «o piso de betonilha do lado da fachada Este»²⁴, ou seja, a sala de desenhos com terraço e a casa do chefe de pessoal menor, bem como outras construções contíguas ao topo nascente do Palácio, como um gabinete de raios-x, o ateliê dos arquitetos da CAOMNAA, a guarita do porteiro, a fachada com o portão para a Rua das Janelas Verdes ou um pavilhão, situado no jardim²⁵.

Também em agosto de 1940 se procede à demolição do ângulo sudoeste do Palácio²⁶ para o ligar ao Anexo (construído entre setembro de 1937 e dezembro de 1939). Aqui existia, no andar nobre, uma sala comprida com 3 janelas e entre esta e a atual Sala do Tecto Pintado um compartimento, com duas janelas para um pátio interior, «ao nível da sobre-loja» (Pinto, 1940, p. 12), e pé direito baixo, com outra sala por cima. Eliminado aquele compartimento e aproximadamente um terço da sala comprida (atual sala 48), desapareceu o último tramo da fachada, com uma porta no piso térreo, de acesso ao jardim, e uma escada interior de madeira que dava acesso à sobre-loja, tendo o novo cunhal recuado para o lugar da pilastra, que separava este tramo do pano seguinte da fachada (Pinto, 1940, p. 12), levando, assim, ao isolamento da atual Sala do Tecto Pintado no ângulo noroeste do piso nobre (Figura 1). Durante a demolição da sala do ângulo sudoeste do andar nobre descobre-se, sob o papel que revestia as paredes, uma pintura a têmpera sobre estuque, da época de D. Maria I (Pinto, 1940, p. 13), à moda de Pillement, atribuível a este pintor francês, que trabalhou em Portugal na segunda metade do séc. XVIII.

Antes do início das obras, já o Palácio Alvor «quási nada conserva das antigas decorações interiores. Nas diversas transformações por que passou, as pinturas murais e os revestimentos de azulejo, foram destruídos, arrancados ou desapareceram sob sucessivas camadas de cal e papel pintado» (Pinto, 1940, p. 108), como, no andar nobre, em que «aquilo que resta oculta-se sob os lambris e tecidos que guarnece as salas» (Pinto, 1940, p. 108). No entanto, ainda se conservavam «Em vários compartimentos e escadas interiores (...) silhares de azulejo de padrão do último quartel do século XVIII em

²⁴ Programa do concurso para construção do «Edifício destinado a Anexo do Museu de Arte Antiga», Capítulo V (datilografado), AJMM, pasta 15, AHMNAA; [PT DGEMN:CAM-0035/11](#), IHRU.

²⁵ AFMNAA, 4.2.3.2.1, nº 171.

²⁶ AFMNAA, 4.2.3.2.1, nº 171.

que há faltas preenchidas com azulejos provenientes de painéis com motivos de composição e figura» (Pinto, 1940, p. 108, n.)²⁷ e também subsistia um teto do século XIX, com estuque estilo Império, na antiga Sala Sequeira (atual sala 66), embora já pintado de branco²⁸.

As obras de remodelação do Palácio iniciam-se do lado poente do piso térreo, decorrendo de 1940 a 1942. A ala norte é adaptada para a galeria de exposições temporárias, com cinco salas, onde estava exposta a coleção de cerâmica (que é instalada no Anexo), sendo o chão de azulejos de padrão geométrico branco e preto substituído por soalho. Na ala sul criam-se os espaços para o gabinete e sala de visitas do diretor (no local da Sala Maria Emília, organizada em 1923, com o legado de Luís Fernandes²⁹) e gabinetes de estudo para cinco conservadores (em vez dos dois previstos no ante-projeto). Constrói-se uma única escada de serviço para todos os pisos «que estabelecesse rápida comunicação entre o departamento dos serviços técnicos, os andares superiores e o sótão» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 14) e suprimem-se as escadas interiores que davam acesso à sobre-loja, onde até funcionava uma câmara escura improvisada, o que, como chama a atenção João Couto, punha o Museu em perigo, em caso de incêndio (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 14). Tal como previa o ante-projeto, graças à supressão da sobre-loja, aumenta-se o espaço para salas de exposição, em ambos os pisos, mas desiste-se de uma grande sala, no andar nobre, que Figueiredo havia reservado para os Painéis de Nuno Gonçalves e cópias das tapeçarias de Pastrana.

Em junho de 1942, entrega-se o Palácio «completamente vazio» às Obras Públicas, «tornando mais fácil e rápida a intervenção» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 14). As coleções são transferidas para a cave do Anexo e os serviços administrativos e técnicos, a biblioteca, os arquivos e os objetos das «arrecadações, entre as quais a pseudo-casa forte» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 14), situados na sobre-loja, passam para o edifício do Serviço de Restauro (atual Instituto José de Figueiredo), construído a nascente do MNAA, entre 1938 e 1940.

²⁷ Quando nos anos 1990 se escava um monte de entulho ao nível da cave do Palácio, para ampliação do restaurante do MNAA, são encontrados azulejos (informação oral de Celina Bastos, abril 2014).

²⁸ Uma fotografia do AFMNAA (gav. 12, 4.1.3.1, n.º 30) mostra o estuque do teto ainda pintado e tem a nota «arranjo antes da obra de Junho de 1934» e outra publicada no *BMNAA* I, 3, 1940, referente a outubro de 1939, mostra já o estuque a branco, levando a crer que a pintura tenha ocorrido no arranjo de 1934.

²⁹ O colecionador Luís Fernandes (1859-1922) foi também 1.º presidente do Grupo dos Amigos do MNAA. O nome da sala homenageia a sua filha.

As obras de remodelação do piso nobre e de ampliação do lado nascente do Palácio decorrem de junho de 1942 ao início de 1945. Como previsto, no corpo ampliado ganham-se mais seis salas para exposição permanente no piso nobre e no térreo os espaços da Biblioteca (que terá instalado ao fundo o Gabinete de Estampas) e da Sala de Conferências, com a antecâmara na forma proposta por João Couto. Na antiga sala de exposição contígua à escadaria (atual sala do Serviço de Educação) serão instalados a secretaria e o arquivo fotográfico.

No exterior o projeto é cumprido quase totalmente. Resultado da eliminação da sobre-loja e do aumento do pé direito da ala sul do lado poente do piso térreo, desaparecem da fachada as respetivas janelas, bem como as do piso térreo, que têm de ser reniveladas. As novas janelas vão-se situar sensivelmente a meia altura entre as duas ordens das antigas, mantendo o mesmo número e simetria com as de sacada do andar nobre. Assim, em menos de uma década, a fachada sul do Palácio reduz o número de ordem de janelas de quatro para duas. Nesta fachada são também eliminadas as duas portas remanescentes do lado poente (visto que a do extremo desse lado já havia sido eliminada quando da demolição dessa parte do edifício). No corpo central retiram-se pequenas janelas do piso inferior. As duas portas e as três janelas separadas por colunas que davam para as duas escadas duplas do jardim são substituídas por duas janelas de peito, simétricas às duas de sacada do andar nobre e iguais às abertas no piso térreo. Mantém-se «ao nível do terreno uma única porta de toda esta frontaria» (Araújo, 1946) e quanto à tríplice arcaria da varanda do andar nobre, conforme o projetado, passa a ser aberta, mantendo-se os 3 janelões envidraçados do fundo, de topo em arco, que ainda hoje se vêem do interior do Palácio, no patamar da escadaria nobre. Tanto a fachada sul como a norte são uniformizadas, ficando cada braço com 8 janelas nos pisos térreo e nobre.

Na cobertura, como já era previsto no ante-projeto, substituiu-se «a velha e densa floresta do complicado travejamento de castanho» por material incombustível, e «as anacrónicas clarabóias» por «uma simples armação de asnas de ferro com a sua esteira corrida de vidraça» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 15), apoiada em grades de cimento armado, de forma a iluminar mais eficazmente o andar nobre do Palácio. Para regulação da luz zenital encomendam-se, em 1944, toldos lamelares a aplicar sobre as esteiras do teto³⁰, ficando o mecanismo de regulação montado à entrada de cada sala (opção já aplicada no

³⁰ [PT DGEMN:CAM-0035/13](#), IHRU.



Anexo). A sala do ângulo sudeste (atual 61) e as duas que ladeiam o salão nobre recebem luz lateral, das janelas. As salas do topo poente (atuais 50 e 51) mantêm a claraboia aberta quando da adaptação do Palácio a Museu e o restante teto original, com a pintura em perspectiva. A galeria de exposições temporárias, no piso térreo, recebe luz natural das janelas do lado norte e luz artificial de candeeiros (semelhantes aos que ainda se encontram na Biblioteca).

No interior, procede-se à «simplificação da decoração» dos tetos (Couto, 1958). Desistindo-se da grande Sala dos Painéis de Nuno Gonçalves, subsistiram os estuques dos tetos das atuais salas 68 e 69, como elemento «importante para uma reconstituição (...) de interiores setecentistas para apresentação de conjuntos de arte decorativa desta época» (Pinto, 1940, p. 16). Talvez nesta data esses tetos tenham sido pintados de branco (à semelhança do que fora feito na antiga Sala Sequeira), mantendo-se o teto da escadaria a duas cores, pelo menos, até 1961³¹. Ainda antes ou durante esta campanha de 1942-45, a sanca decorativa do salão nobre, de Adães Bermudes, e o teto do átrio das Janelas Verdes, pintado por Eugénio Cotrim e José Malhoa para a Exposição de Arte Ornamental, são eliminados, bem como o pavimento geométrico do átrio (Figura 7).



Figura 7 - Átrio do Museu Nacional de Belas Artes (atual átrio das Janelas Verdes do Museu Nacional de Arte Antiga), piso térreo do Palácio, visto de este para oeste, c. 1900. Note-se o teto, pintado por Eugénio Cotrim e José Malhoa (1881), e o pavimento.
Fonte: fotografia 4.1.3.1, n.º 13, gav. 12, AFMNAA.

³¹ Fotografia de Abreu Nunes em dossiê O Museu tal como o fiz, AHMNAA.

Os forros das paredes e alguns rodapés são substituídos. Nas novas salas do andar nobre, correspondentes à ampliação, o interior é mais simples que no restante piso. O pavimento é de soalho em espinha de peixe (como ainda hoje) e os apainelados menos decorados. Como nas restantes salas do andar, o soalho cria composições geométricas nas áreas de passagem mas só a uma cor. A espessura das paredes também é diferente, sendo os vãos das novas salas menos profundos, exceto entre as atuais salas 57 e 58 (ala sul) e 64 e 63 (ala norte), onde terminava o edifício, a nascente.

Apainelados semelhantes aos das novas salas são colocados também nas salas do lado poente, reformuladas, devido à demolição do ângulo sudoeste. O pavimento destas será de um terceiro tipo de soalho, de quadrados de pranchas de madeira, alternados perpendicularmente, exceto na Sala de Nuno Gonçalves (atual Sala do Tecto Pintado), que mantém o parquet de composição geométrica, assente em 1930 (atualmente, nestas salas, incluindo na do Tecto Pintado, o soalho é de pranchas corridas de madeira). As paredes das salas de exposições temporárias, no piso térreo, são forradas a tecido e o rodapé é simples.

Estas alterações interiores denotam, por parte de João Couto, um afastamento da ideia de José de Figueiredo de “reorganizando o Museu, reconstituir simultaneamente” o Palácio³², pois, “para adaptar o Palácio a museu houve necessidade de introduzir naquele profundos e dispendiosos arranjos (...) os quais, sendo absolutamente indispensáveis para o fim em vista, alteraram naturalmente o carácter da construção”³³.

Quanto ao jardim do Palácio, no ante-projeto de Rebelo de Andrade, de 1935, estava incluída uma reformulação que, tal como as alterações ao restante espaço envolvente do MNAA, apoiadas pelo ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco³⁴, não é realizada. No entanto, em 1938, é remodelado (*BMNAA*, I, 1, 1939, p. 7), apeando-se os barracões e demolindo-se as construções ali existentes conservando-se apenas as espécies plantadas. Em 1953 virá a ser requalificado «para

³² Cit. por Manaças, 1991, I, p. 81.

³³ Cit. por Manaças, 1991, I, p. 128.

³⁴ Em abril de 1935 Duarte Pacheco apoiara um plano de conjunto para o MNAA que contava, para além das construções previstas no projeto de Rebelo de Andrade, com uma intervenção urbanística na envolvente que incluía novo arranjo do Jardim 9 de Abril e do jardim do Museu, que seriam ligados através de um portão, uma nova escadaria de ligação do primeiro à Av. 24 de Julho, com um ascensor interior, o nivelamento do muro que limita os jardins a sul, desde a escadaria até aos edifícios a nascente do atual Laboratório José de Figueiredo, ao longo do qual, depois de demolidos os edifícios da Av. 24 de Julho, ficaria uma estrada e passeio em rampa, ligando a Avenida à R. das Janelas Verdes, através da atual Travessa José António Pereira.

prolongar as áreas expositivas e permitir a mostra de estatuária em pedra» (Carvalho & Carvalho 2019, p. 186), proveniente do Convento das Trinas e do Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras (Couto, 1962, pp. 235-236).

Terminadas as obras de remodelação e ampliação do Palácio, a 24 de março de 1945 inauguram as primeiras salas, situadas na ala sul do andar nobre e organizadas por João Couto³⁵: as 5 de ourivesaria, entre elas a nova sala da baixela Germain, na sala maior com estuques decorativos (atual 69, onde ainda se encontra) e, no seguimento destas, depois de uma estreita antecâmara, a nova sala do Legado Luís Fernandes (atual 66) (Figura 8), em cujo lado sul é aberta a porta para a veranda sobranceira ao jardim, «quebrando assim a monotonia duma série de salas de enfiamento» (BMNAA, III, 3, 1957, p. 42).



Figura 8 - Sala do Legado Luís Fernandes (atual sala 66), andar nobre do Palácio, vista de sul para norte, c. 1961. Ao fundo a antecâmara da sala. Fonte: fotografia: Abreu Nunes, dossiê O Museu tal como o fiz, AHMNAA.

Apesar do aumento da área de exposição, João Couto continua com dificuldade em adaptar a coleção de pintura ao espaço compartimentado do Palácio, que “se mantinha

³⁵ Dossiê *História do Museu depois de 1882*, AHMNAA.

inadequado para salas de exposição”³⁶ mas, em 1945, anuncia a organização da exposição de pintura, separando a europeia da portuguesa, mantendo a primeira no andar nobre do Palácio e passando a segunda para o Anexo (organização que se mantém até hoje). A exposição de pintura estrangeira vai sendo instalada e em setembro de 1948 inaugura a totalidade das salas do andar nobre do Palácio, incluindo as novas 6 do acréscimo a nascente. Devido à sucessão de salas e ao facto de todas as janelas da ala norte terem sido anteriormente fechadas, João Couto considerava o percurso de visita demasiado longo (Manças, 1991, I, p. 85) e, para evitar a monotonia (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 18) abre as janelas das “pequenas salas” imediatamente antes e depois do salão nobre (atuais 54 e 56), que, dando para o Largo do Dr. José de Figueiredo, permitiriam ao visitante “descansar a atenção durante a alongada visita”³⁷.

Terminada a instalação do MNAA, João Couto acabava por aceitar a adaptação do Palácio a museu e a construção do Anexo, dizendo que «se a esses edifícios se anexarem outros, obedecendo muitas vezes os planos mais à dignidade do aspecto exterior ou à incorporação forçada de certas dependências, como foi no caso, a igreja de Santo Alberto, o aspecto da questão modifica-se de forma singular» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 20). Acrescenta que, malgrado a proximidade do rio, nociva para as obras, e da linha dos elétricos, «com ruídos e trepidações», a dificuldade de acesso, a vizinhança de fábricas e oficinas «carregando de impurezas a atmosfera», a sujeição à implantação no terreno e a impossibilidade de alargamento, «No Museu das Janelas Verdes, as consequências não foram tão más como à primeira vista se podiam ter apresentado» podendo «mesmo louvar-se a possibilidade de isolar o Museu, se um dia se realizar o grandioso plano concebido pelo engenheiro Duarte Pacheco» (*BMNAA*, II, 1, 1950, p. 20).

³⁶ Couto, João. «A Pintura Representada no Museu das Janelas Verdes e o critério da sua apresentação na Galeria –II. As escolas estrangeiras», 2. Cit. por Manças, 1991, I, p. 86.

³⁷ Couto, João. «A Pintura Representada no Museu das Janelas Verdes e o critério da sua apresentação na Galeria – II. As Escolas estrangeiras», 2. Cit. por Manças, 1991, I, p. 85.

4. O Palácio Alvor como Museu Nacional de Arte Antiga: intervenções nas décadas de 1950 a 1980

Embora o debate em torno do Palácio volte a ser colocado, face ao aumento das coleções e à necessidade de mudar a exposição e desenvolver serviços³⁸, durante as décadas de 1950 a 1980, o edifício manteve-se praticamente inalterado estruturalmente, apenas sofrendo algumas alterações museográficas importantes.

Logo em 1953, resultado das ofertas de Calouste Gulbenkian (1869-1955) ao MNAA no ano anterior, são introduzidas no percurso expositivo do andar nobre duas salas reservadas à doação, «que transcendiam cronológica e geograficamente os horizontes» (Carvalho & Carvalho, 2019, p. 186) da exposição. A primeira (atual sala 64), ostentando o dístico “Sala Calouste Gulbenkian” na parede sul, expunha pintura, escultura e mobiliário e a segunda (atual sala 65) escultura, cerâmica e azulejos. Nesta, abre-se uma porta para a “varanda-loggia” do lado sul do Palácio (*BMNAA*, III, 3, 1957, p. 42), atualmente visível mas encerrada ao público.

Em 1960, a fim de organizar no piso nobre do Palácio uma exposição de pinturas do futuro Museu da Fundação Calouste Gulbenkian no ano seguinte, procede-se à limpeza e arranjo do sistema de iluminação, paredes, tetos e pavimentos. As sete salas ocupadas pela exposição serão as de pintura espanhola, francesa e italiana (atuais 57 a 63), no seguimento das duas salas com a doação Gulbenkian. As obras retiradas passam para a galeria de exposições temporárias (*BMNAA*, IV, 3, 1962). A própria Fundação procede ao melhoramento das salas das exposições temporárias, entre 1965 e 1966, onde realiza várias mostras durante 2 anos (*BMNAA*, V, 3-4, 1969).

De 1963 a 1965 a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) intervém em toda a cobertura do Museu. No Palácio, alargam-se as clarabóias das salas de pintura estrangeira e reparam-se os sistemas de regulação de luz, procedendo-se ainda à eletrificação daquelas salas e das de ourivesaria. No exterior, pintam-se as janelas e varandas da fachada sul do Palácio (*BMNAA*, V, 2, 1966, p. 72).

Em 1968, o diplomata e colecionador boliviano Antenor Patiño (1896-1982) doa ao Estado Português uma sala rocaïlle de c. 11m x 7m do seu Palácio de Paris que é

³⁸ Em 1956, João Couto propõe que o Palácio seja alargado ligando a sua frontaria nascente ao edifício do Serviço de Restauro (a nascente do MNAA), que seria adaptado para «salas, arrecadações e várias dependências», construindo-se um novo edifício para aquele serviço, próximo do Museu (*BMNAA*, III, 2, 1956, pp. 57-58). A proposta não é concretizada.

instalada no andar nobre do Palácio, no espaço da Sala do Legado Luís Fernandes (atual 66). Para proceder à instalação abrem-se vãos nas paredes, suprime-se o teto com estuques estilo Império, demole-se a parede que separava a sala da antecâmara, entaipa-se o vão que a ligava à sala de ourivesaria e substitui-se o soalho por parquet, em madeira exótica³⁹. O acesso à sala passa a fazer-se não pelo vão da parede poente, no enfiamento das salas seguintes, mas por um novo vão aberto na mesma parede, no lado contrário. A passagem para a varanda da fachada sul foi vedada, pois as portas da sala montada passaram a dar para aquela, através de um desvão (situação que se mantém). A “Sala Patiño” é inaugurada em 1974, tornando-se um “period room” do séc. XVIII que, devido à sua imobilidade, passou a condicionar o percurso museológico do Museu (Pereira 2012). Aliás, em 1977, as duas salas contíguas reabrem como salas de artes decorativas francesas do séc. XVIII.

Entretanto, em 1970, dera-se a primeira alteração ao discurso museográfico após a direção de João Couto (Manaças 1991, I, p. 150), com a inauguração da nova Sala Calouste Gulbenkian, com escultura estrangeira (atual sala 65) (Figura 9), que se irá manter até à década de 1990. Sob projeto museológico da nova diretora do MNAA Maria José de Mendonça (1905-1984) e museografia do pintor e designer Cruz de Carvalho (1930-2015), uma nova conceção, «através da cenografia, dos suportes dos objectos e da sua iluminação» (Carvalho, 2011, p. 113), destacava as obras individualmente. A entrada de luz zenital foi mantida, mas complementada por uma estrutura no teto com iluminação artificial. A porta da sala para a varanda da fachada sul é tapada por uma persiana.

³⁹ SIPA TXT.00496516.



Figura 9 - Sala Calouste Gulbenkian (atual 65), andar nobre do Palácio, vista de sul para norte, 1971. Fonte: fotografia: Mário Novais, 1971, CFT003.122041, BAFCG.

Em 1971, a DGEMN procede a obras na escadaria e átrio do Palácio e remodelam-se as instalações administrativas com novo mobiliário⁴⁰. Nesse ano, Maria José de Mendonça, em carta ao Ministro da Educação Nacional, diz ser necessário remodelar as galerias do Palácio, renovando o revestimento das paredes, o material de exposição e o sistema de iluminação artificial, destacando o facto de essa remodelação já se ter iniciado na nova Sala Calouste Gulbenkian, mas com verbas do Museu⁴¹.

Só em 1975 são realizadas obras de renovação no andar nobre, com remoção do tecido de parede, já degradado, tratamento das infiltrações, arranque dos lambris de madeira, pintura das paredes, arranjo dos estuques decorativos e beneficiação dos telhados. Por razões orçamentais, a intervenção não foi faseada e, por isso, o andar teve de ser desmontado na totalidade e encerrado ao público. Durante as obras expõe-se na primeira sala da galeria de exposições temporárias uma pequena mostra de pintura da segunda metade do século XV e primeira do XVI e no Anexo uma exposição provisória

40 PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-V/00005, ANTT.

41 PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-V/00005, ANTT.

de pintura europeia, que serviu para repensar a futura exposição, quando terminassem as obras (Porfírio, 2005, pp. 30-31). Em dezembro do ano seguinte reabrem, no andar nobre do Palácio, as quatro primeiras salas de um percurso de 15, numa organização da exposição permanente de pintura estrangeira que irá manter-se até às obras de requalificação do Museu, nos anos 1990.

Entre 1982 e 1983 o Anexo do MNAA sofre uma profunda reestruturação, no âmbito da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, sob projeto da Arqui III (arquitetos João de Almeida, Pedro Ferreira Pinto e Pedro Emauz da Silva). Com esta intervenção, a ligação ao Palácio é substituída por outra com cobertura envidraçada e cria-se ali uma “sala de fumo” (Cabello, 1992, p. 22). As lanternas que se encontram atualmente na escadaria nobre do Palácio foram retiradas do Anexo durante esta intervenção. A exposição de arte oriental na sala a nascente da escadaria do piso térreo do Palácio é transferida para o Anexo e é ali instalado o Serviço de Educação (até hoje).

5. O Palácio Alvor como Museu Nacional de Arte Antiga: intervenções da década de 1990 à atualidade

Em dezembro de 1991, o recém-criado Instituto Português de Museus (IPM) contacta a Arqui III, a equipa de arquitetos que reestruturara o Anexo do MNAA na década anterior, a fim de projetarem a exposição *No Tempo das Feitorias* (apresentada na Europália 91, em Bruxelas), no andar nobre do Palácio. O relatório realizado pela equipa, em janeiro do ano seguinte⁴², alerta para a falta de segurança e acentuado estado de degradação do edifício e aconselha a realização da exposição no Anexo. Diz ainda que no projeto de renovação e ampliação do Anexo (1982) a equipa havia analisado o Museu no seu conjunto, «na perspectiva de um futuro desenvolvimento global e integral» e a análise às instalações do Palácio revelavam-nas já precárias. No entanto, alegadamente por falta de verbas, a intervenção não se estendera ao Palácio, permitindo a sua degradação. A entrada de luz era afetada pela sujidade das esteiras de vidro, que não estavam acessíveis para limpeza, e o seu controle impossibilitado pela ruína do sistema de regulação.

⁴² Relatório (17 de janeiro de 1992), Projecto de remodelação do MNAA, 1992, ADEPOF-DGPC.

A pintura das paredes e tetos estava envelhecida, suja e com manchas de humidade e os pavimentos em mau estado, tal como os vãos das janelas. A equipa considerava ainda os serviços administrativos superlotados e desorganizados, ocupando desnecessariamente uma zona nobre do Palácio, no piso térreo, e que havia um «mau aproveitamento do espaço do jardim como extensão do restaurante» do Museu, instalado entretanto ao nível da cave, do lado sul.

Face ao relatório, o IPM convida a equipa a formular um projeto de remodelação do Palácio⁴³, que é apresentado em julho de 1992, com as seguintes propostas: ampliação e reorganização do restaurante, recuperação do jardim como espaço de ampliação daquele, criação de novos espaços em áreas a recuperar no embasamento do Palácio, passagem dos serviços técnicos e administrativos para um espaço não aproveitado no desvão do telhado e aproveitamento daquele espaço liberto para ligação à galeria de exposições temporárias, duplicando-a.

Sendo a área de intervenção «muito mais extensa e profunda do que a inicialmente prevista», o IPM solicita à equipa de arquitetos «um programa de obras e respectivo faseamento (...) que permita a utilização máxima de espaços para exposição de modo a gradualmente se recuperarem zonas desactivadas»⁴⁴. Em janeiro de 1993 mudam-se os serviços administrativos para o piso térreo do Anexo e desmonta-se a exposição de pintura estrangeira, entregando-se o Palácio para obras a 1 de fevereiro. A intervenção foi executada pela Teixeira Duarte S.A., apoiada pelo Instituto Português do Património Cultural e co-financiada pela União Europeia, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional / Programa Operacional de Cultura.

O projeto da Arqui III para o restaurante (outubro de 1992) incluía uma grande sala de refeições, com acesso subterrâneo pela Sala dos Passos Perdidos, que não é concretizada⁴⁵. A ampliação é obtida ao nível da cave do Palácio através da escavação de um monte de entulho (Pereira, 2012), o que leva à abertura de novos vãos na fachada sul.

⁴³ O financiamento externo decorrente da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (1986) e a criação do IPM (1991), possibilitaram a requalificação de vários museus sob tutela do Instituto, a quase totalidade instalada em edifícios históricos, como é o caso do MNAA (Herdade, 2005, p. 28; *Museu Nacional de Arte Antiga* 1999, p. 42).

⁴⁴ Carta do arquiteto João de Almeida ao IPPC, 6 de fevereiro de 1992, Projecto de remodelação do MNAA, 1992, ADEPOF-DGPC.

⁴⁵ MNAA. Projecto de Execução. Palácio. Restaurante. Arqui III, 1992, ADEPOF-DGPC.

A esplanada é instalada no jardim, que é recuperado e valorizado sob o projeto dos arquitetos Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Manuel Caldeira Cabral (junho de 1993). O jardim prolonga-se sobre o terraço do armazém que lhe é contíguo e aí constroem-se duas estruturas metálicas, utilizadas como esplanada, que permitem uma cobertura permeável⁴⁶. Deste modo, o jardim vê acentuadas as suas características de miradouro e reabre-se às atividades do Museu (Roberto, 1994, VII), como acontece ainda hoje.

Uma das intervenções mais profundas desta campanha de obras deu ao Palácio, cerca de 50 anos depois, uma “nova sobre-loja”, para reinstalar o Gabinete de Estampas, agora chamado Gabinete de Desenhos e Gravuras. Nas zonas contíguas à escadaria, o pé direito do piso térreo foi cortado em dois, criando um piso intermédio com 3m de altura, ficando o térreo com 2,80m⁴⁷. Com acesso pelo patamar intermédio da escadaria, o Gabinete é instalado a nascente (com sala de consulta, gabinete de trabalho, arquivo e sala de conservação) e a poente a Sala do Mezanino (sala de exposições temporárias daquela coleção) (Figura 1).

Nas zonas correspondentes do piso térreo, a nascente da escadaria, a sala do Serviço de Educação (SE) é reduzida num quarto do tamanho, a norte, para ali ser instalado um bengaleiro, cujo pequeno átrio dá acesso à sala. No espaço a poente fica a última sala da galeria de exposições temporárias (que se estendeu à ala sul), com um pé direito mais baixo que as restantes em, sensivelmente, metade da sua área. Essa zona, abaixo da Sala do Mezanino está, atualmente, entaipada, servindo de arrumos. Na parede nascente do gabinete de trabalho do Gabinete de Desenhos e Gravuras ainda pode ser visto o topo esquerdo da moldura da porta que ligava a sala do SE à Sala dos Passos Perdidos e nesta, no piso térreo, é visível o topo da moldura da porta cortado (do lado da sala do SE a porta foi entaipada) (Figura 10).

⁴⁶ MNAA. Arranjo paisagístico do jardim. Memória descritiva, Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Manuel Caldeira Cabral, 15 de dezembro de 1993 (Pasta MNAA. Recuperação do jardim. Projeto de execução, dezembro de 1993, ADEPOF-DGPC).

⁴⁷ Projecto de execução (desenho 20), Arqui III, 1991 (AHMNAA).



Figura 10 - Sala de ourivesaria francesa do séc. XVIII (atual bengaleiro e Sala do Serviço de Educação do MNAA), piso térreo do Palácio, vista de sul para norte, entre 1926 e 1945. Note-se à esquerda os degraus do atual bengaleiro e à direita a porta de acesso à atual Sala dos Passos Perdidos. Fonte: fotografia s/ n.º, gav. 12, AFMNAA.

No andar nobre procede-se à renovação do mobiliário e equipamento expositivo, introduzem-se estruturas de redução da iluminação natural nos tetos e recuperam-se os tetos das salas com estuques decorativos, onde é reinstalada a exposição permanente de Artes Decorativas Europeias (o que se mantém). A atual sala 48 que, antes das obras, funcionava como área de repouso para os visitantes, isolada das salas contíguas por portas de vidro (como atualmente) e com a janela desimpedida (atualmente entaipada), passa a integrar o circuito expositivo como uma das salas de “Núcleos cronológicos”⁴⁸, onde, a par da pintura europeia se integraram obras de outras disciplinas artísticas (Carvalho & Carvalho 2019, p. 192). À exceção desta e da sala contígua (atual sala 70), o projeto não altera praticamente os espaços da exposição permanente do Palácio, mas as obras são um pretexto para reorganizá-la.

⁴⁸ “Planta geral” em O Museu Nacional de Arte Antiga. 1994.

Apesar de não ser o previsto⁴⁹, o MNAA acabou por encerrar totalmente, de janeiro a maio de 1994 (Porfírio, 2005, p. 39, n.), coincidindo a reabertura com a iniciativa Lisboa, Capital Europeia da Cultura, 1994.

Nos últimos 20 anos, as intervenções no Palácio têm passado, sobretudo, pela requalificação do edifício, da exposição e de espaços de apoio aos visitantes, tornando-os mais acessíveis, como foi o caso do átrio do piso térreo⁵⁰, com vista à reabertura da entrada da Rua das Janelas Verdes (2004-2005) e da renovação do restaurante (2009-2011)⁵¹.

Entre novembro e dezembro de 2008, o andar nobre do Palácio é encerrado para requalificação da exposição permanente e do equipamento museográfico, na configuração que mantém atualmente. Sob projeto da arquiteta Célia Anica, respeitou, até «por razões orçamentais» (*Instituto dos Museus e da Conservação. Relatório de Actividades*, 2008), a intervenção de 1994, da Arqui III. «Todos os apainelados das paredes com planos recuados para receber peças específicas e que já não estavam expostas, foram nivelados e rematados inferior [sic] e superiormente, de modo a dar unidade e limpidez visual aos espaços. Do mesmo modo todas as salas tiveram um tratamento cromático luminoso [substitui-se o castanho-claro por cinzento], reforçado pela reposição das luzes zenitais e pela substituição das envelhecidas películas dos tectos. Outra decisão foi a de desimpedir completamente as vistas do enfiamento das portas do palácio, criando generosas perspectivas do edifício» (*Instituto dos Museus e da Conservação. Relatório de Actividades*, 2008). Em cada sala foi colocada uma pilastra de madeira pintada com o número e conteúdo respetivo e um rasgo lateral para folhas informativas. A separar a sala 49 da 51, foi colocada uma porta de vidro, garantindo um maior controlo ambiental, bem como na sala 50 (Sala do Tecto Pintado), para permitir o seu fecho durante a montagem de exposições, pois passa a ser destinada a pequenas exposições temporárias, sobretudo de desenho e gravura.

Em 2010 começa o programa de exposições temporárias na Sala do Tecto Pintado, cuja pintura em perspetiva arquitetónica havia sido restaurada entre 1994 e 1998. Três anos depois é desmontada a estrutura de suporte de iluminação do teto e o aparelho de ar condicionado do óculo, no âmbito da exposição *Ilusionismos. Os Tetos Pintados do*

⁴⁹ IPPC – DPO, Proc. N.º 178 / (0), ADEPOF-DGPC.

⁵⁰ Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

⁵¹ Memória descritiva e justificativa, 27 de agosto de 2008. Dossiê IPM-MNAA. 21B, ADEPOF-DGPC.

Palácio Alvor. A exposição abordou precisamente a pintura do teto, único vestígio visível do interior primitivo do Palácio dos Condes de Alvor. No catálogo dizia o então diretor do MNAA, António Filipe Pimentel, «ser mais que tempo de tomar por objeto [no programa de exposições] a própria sala (no teto que a identifica) (...) parte integrante do acervo do Museu» (Pimentel, 2013, p. 8).

Para tentar fazer face às necessidades atuais do MNAA, em 2017, a Câmara Municipal de Lisboa executou um estudo de viabilidade para um projeto de ampliação, da autoria do arquiteto Vasco Melo, que duplica o espaço do Museu (Carvalho & Carvalho, 2019, p. 238). O recente projeto espelha a relação Palácio-MNAA: a luta pelo aumento de espaço, a sua concretização em soluções originais e a importância do seu edifício primeiro, o Palácio Alvor, como lugar de memória, a preservar.

Conclusão

A história centenária do MNAA foi, e continua a ser, pautada pela incessante luta por aumentar o seu espaço, facto que se deve à implementação, desde a sua criação, no Palácio dos Condes de Alvor e à precária dotação orçamental ao Museu. A adaptação do edifício ao aumento das coleções do Museu e às necessidades de concretização da sua missão passou por soluções arquitetónicas e museográficas a par, e até originais, no contexto museológico europeu. Se numa época anterior ao MNAA o edifício sofreu adaptações que o lesaram em termos patrimoniais, as alterações seguintes, tiveram em conta a sua importância histórica, aumentando-o, “completando-o”, mudando-lhe a feição, mas mantendo-o na sua essência. Cada alteração teve, como não podia ser de outra forma, as marcas do seu tempo. Para José de Figueiredo era necessário manter a aparência palaciana no interior e devolver ao exterior a sua “traça original”, mas completando o edifício. João Couto preocupou-se em multiplicar as valências do Museu e abri-lo a um público mais vasto, depurando o edifício. A partir da segunda metade do século XX as seguintes direções vêm-se a braços com os mesmos problemas de espaço e reduzido orçamento (pese embora importantes investimentos públicos) para além dos de modernização da exposição e conservação e acessibilidade do edifício e, de forma inteligente, as grandes alterações estruturais no MNAA, nas décadas de 1980-90 foram radicais no Anexo, mas “invisíveis” no Palácio.

O Palácio Alvor-Pombal dos séculos XVII-XIX já não existe mas a sua memória está preservada, por isso o balanço destes 110 anos de história comum é positivo. Tendo em conta os projetos previstos conta-se que o MNAA mantenha esta memória que é também a sua própria, enquanto instituição museal.

Fontes:

Arquivos:

ADEPOF-DGPC: Arquivo do Departamento de Estudos, Projetos, Obras e Fiscalização da Direção-Geral do Património Cultural (documentação dos extintos Instituto Português dos Museus e Instituto dos Museus e da Conservação).

AFMNAA: Arquivo Fotográfico do MNAA.

AHMNAA: Arquivo Histórico do MNAA.

AMJM-AHMNAA: Arquivo de Maria José de Mendonça.

Dossiê *História do Museu depois de 1882* [org. e notas de João Couto].

Dossiê *O Museu tal como o fiz, inspirado pelo Dr. José de Figueiredo. Oferta do Abreu Nunes no dia 24 de Abril de 1962, data em que deixei a direcção do Museu*⁵².

ANTT: Arquivo Nacional Torre do Tombo.

BAFCG: Biblioteca de Arte, Fundação Calouste Gulbenkian / Coleções Fotográficas / Estúdio Mário Novais. [em linha] [consult. 17 jan. 2014] Obtido na <http://www.bibartepac.gulbenkian.pt/ipac20/ipac.jsp?session=13959KX7427D9.34&profile=ba&menu=tab13&submenu=subtab66&ts=1395962748966#>.

PT DGEMN: Arquivo da ex-Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sob a responsabilidade do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU).

SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. [em linha] [consult. 7 mai. 2014]. Obtido na http://www.monumentos.pt/Website/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00003153.

⁵² Fotografias do MNAA durante a Exposição de “Pintura” da Colecção da Fundação Calouste Gulbenkian, no andar nobre do Palácio, 1961.



Fontes impressas e em linha:

Costa, L. de Mendonça e (1913). *Manual do Viajante em Portugal*, 4ª ed. *Completamente remodelada e augmentada*, 27-31. Lisboa: [s.n.].

Instituto dos Museus e da Conservação. Relatório de Actividades. 2008. [em linha] [consult. 6 mai. 2014]. Obtido na http://www.imc-ip.pt/pt-PT/o_imc/imc_inf_gestao/inf_gestao_relatorios/ContentDetail.aspx.

MNAA. *Museu Nacional de Arte Antiga*. [2020]. Lisboa: DGPC/ADF [desdobrável]. [em linha] [consult. 25 ago. 2021]. Obtido na http://museudearteantiga.pt/content/files/2020_desdobravel_pt_duotone-jan2020-low.pdf?nonce=afa1888d17eed4ccc8c4b893588b494f.

O Ocidente, vol. XXXV, nº 1221, 30 de novembro de 1912.

O Museu Nacional de Arte Antiga. 1994. Lisboa: IPM / Electa.

Proença, Raul. [s.d]. *Guia de Portugal*. vol. 1: *Generalidades. Lisboa e arredores*, 365-383. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (reprodução da 1ª ed. 1924. Biblioteca Nacional de Lisboa).

Fontes orais:

Pereira, Teresa Pacheco, 2012. Entrevista conduzida pelo autor a 17 de dezembro, no Museu Nacional de Arte Antiga.

Referências bibliográficas:

Araújo, N. [1938]. *Peregrinações em Lisboa*, livro 7. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

Bastos, C. & Carvalho, M. B. (2012). *Por Amor à Arte. Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arte Antiga. 100 anos. 1912-2012*. Lisboa: GAMNAA.

BMNAA, I, 1, 1939: *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. 1, nº1, 1939 (jan. 1939). Lisboa.

BMNAA, I, 2, 1939: *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. 1, nº2, 1939 (jul. 1939). Lisboa.

BMNAA I, 3, 1940: *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. 1, nº3, 1940 (jul-dez 1939). Lisboa.

- BMNAA, I, 4, 1941: *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. 1, nº4, 1941 (jan-dez. 1940). Lisboa.
- BMNAA, II, 1, 1950: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. II, nº 1, 1950 (jan-dez. 1948). Lisboa.
- BMNAA, III, 9-10, 1944: *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. III, nºs 9-10, 1944 (jan-dez. 1943). Lisboa.
- BMNAA, III, 2, 1956: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. III, nº 2, 1956 (jan. 1954 a dez. 1955). Lisboa.
- BMNAA, III, 3, 1957: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. III, nº 3, 1957 (jan-dez. 1956).
- BMNAA, IV, 3, 1962: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. IV, nº3, 1962 (jan-dez. 1960). Lisboa.
- BMNAA, V, 2, 1966: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. V, nº2, 1966 (1963/64). Lisboa: Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.
- BMNAA, V, 3-4, 1969: *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. V, nº 3 e 4, 1969 (1965/66). Lisboa: Ministério da Educação Nacional / Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.
- Cabello, J. (coord.) (1992). *Grandes Museus de Portugal*. Lisboa: Público / Editorial Presença, 9-72.
- Carvalho, J. A. S. & Carvalho, M. J. V. (2019). *Projetar. Museu das Descobertas*. Lisboa: MNAA e INCM [Catálogo de exposição], 181-249.
- Carvalho, M. J. V. (2011). Sérgio Guimarães de Andrade, o conservador e a sua colecção. A imaginária como conceito. *Revista de História da Arte*. nº 8, 110-125.
- Couto, J. (1958). *O Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa / Le Musée National d'Arte Ancien de Lisbonne / The Museu Nacional de Arte Antiga, of Lisbon National Museum of Ancient Arte*. Porto: Marques Abreu.
- Couto, J. (1962). O Jardim do Museu das Janelas Verdes. *Ocidente: revista portuguesa*, vol. 62, jan-jun., 235-236. Lisboa.
- Herdade, J. (2005). Adaptação de edifícios históricos a museus. *Actas do Colóquio Adaptação de edifícios históricos a museus. Faro, 2003*. Faro: Museu Municipal / Câmara Municipal de Faro.



- Manaças, V. M. T. (1991). *Museu Nacional de Arte Antiga: uma leitura da sua história. 1911-1962*. Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa [Texto policopiado], 3 vols.
- Museografias*. (2008). Texto de Celina Bastos e Conceição Borges de Sousa. [s.l.]: MNAA [brochura da exposição].
- Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa*. (1999). Lisboa: Inapa [Catálogo de exposição].
- Noé et al. «Convento de Santo Alberto / Palácio Alvor / Museu Nacional de Arte Antiga». [em linha] [Consult. 7 mai. 2014]. Obtido na http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3153.
- Pimentel, A. F. (2013). Introdução ao catálogo da exposição *Ilusionismos. Os Tetos Pintados do Palácio Alvor*. Lisboa: MNAA.
- Pinto, A. C. (1940). Dois tetos estucados do Palácio das Janelas Verdes e as obras realizadas pelo inquilino Gildemeester. *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*. Lisboa. vol. 1, nº3, 107-114.
- Porfírio, J. L. (2005). *Pintura Europeia. Roteiro. Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: IPM.
- Roberto, M. M. (1994). Lisboa e os seus bairros. Santos-o-Velho. *Dia*. Lisboa, novembro 29.

